

Educação

# Um apelo pela escola fundamental

EDGAR FLEXA RIBEIRO

**P**ode ser que seja oportuno, e de repente até resolve um probleminha remanescente da arrumação do Ministério, mas a meu ver ficou faltando uma pasta: a do ensino fundamental.

Não é questão de detalhe, nem arranjo meramente ritual termos um ministro só para isso. Diante do fato de esse tema, assunto, carma, maldição, encargo ou tarefa ter sido proclamado periodicamente uma prioridade nacional ao longo de pelo menos um século, e considerados os pífios resultados conhecidos, acho que a idéia merece exame mais cuidadoso. Afinal, neste país, onde já se criou ministério para quase tudo, nunca se cogitou a sério e em público de tentar recorrer a esta específica mandinga para decifrar o enigma de como fazer uma boa escola fundamental, pública, gratuita e obrigatória.

Como apelamos para todo tipo de recurso para dar conta do problema, é pelo menos curioso que não se tenha lançado mão dessa "simpatia". Isso é consistente com nossa persistência em tergi-versar nessa matéria. Não tendo a idéia sido posta à prova ao longo de tanto tempo, tem a seu favor pelo menos a presunção do êxito — se periga dar certo, não se fala dela.

A proposta tem todo cabimento, e é uma pena que o novo Governo não tivesse aprofundado seu exame — ou se o fez, com resultados que desaconselhassem a medida, não os tenha divulgado. Nem que fosse para exorcisar um equívoco, pois idéia torta solta na praça é pior que boi bravo, que ninguém sabe o que pode aprontar. Olhem os Cieps e os Ciacs.

O primeiro ponto a favor da criação de um ministério para o ensino fundamental é a diferença essencial entre a forma de atuação federal na área (na qual reúnem o Primeiro e o Segundo Graus nas suas diferentes modalidades) e as atribuições da União quanto ao ensino superior e suas naturais extensões: a ciência, a tecnologia, a pesquisa etc. Neste último caso, a União tem responsabilidade direta.

No ensino fundamental, não. Este é para ser objeto de vigorosa descentralização para a órbita dos estados, e sobretudo dos municípios. A União teria uma atuação menos que supletiva; idealmente ela funcionaria como agência de financiamento, de assistência técnica, de supervisão e avaliação de desempenho e de assessoramento na reciclagem e atualização do magistério e do pessoal técnico existente.

Para facilitar a vida, essas funções podem ser organizadas e reunidas em um ministério que se incumbisse de coordená-las. Pois além disso, e sobretudo, cabe à União liderar o país na busca de níveis aceitáveis de ensino fundamental, ou vira tudo conversa de doido. Pessoas fazendo a mímica da retomada do desenvolvimento no mundo de hoje, quando temos como ponto de partida o deplorável sistema de ensino de que o país dispõe. Fica tudo com cara de Napoleão de manicômio, contando circunspectamente aos colegas de instituição e desocupados disponíveis como se fez vitorioso em Waterloo.

A Universidade e seus apêndices têm papel crucial nisso tudo. A formação do magistério de ensino fundamental em nível superior, que compreende a formação

dos professores que vão formar os professores de ensino básico (no sucedâneo do curso normal, assassinado durante os governos militares e até hoje pranteado por muitos, entre os quais me incluo), a pesquisa educacional, o desenvolvimento de novos processos, métodos e tecnologias vão continuar a depender de sua atuação.

Organizar o esforço nacional pelo ensino fundamental implica conciliar o país em torno do objetivo de promovê-lo nos termos em que o têm garantido nossas Constituições. Fazer isso acima dos confrontos políticos e mantendo-o defendido tanto dos conflitos de interesses quanto dos surtos de voluntarismo, messianismo e da nacional tendência de reproduzir a bobagem e insistir no equívoco, será tarefa que vai consumir cada segundo de alguma autoridade pública por muito mais que apenas um governo. E exigirá dessas autoridades que se sucederão e dos governos que vêm aí persistência e dedicação absolutas.

Perto disso, os problemas universitários são mais simples. O ciclo é de mais ou menos seis, sete anos. Mas quando se fala em promover educação fundamental num país como o Brasil, estamos falando de um século. Tudo é mais urgente, portanto, para os magníficos reitores e suas cortes. Um ministro, um reitor, uma diretora de escola primária. Quem passa na frente? Ganha quem responder o reitor. Faz décadas que ele passa na frente. Aliás, faz décadas que um ministro da Educação não bota o pé numa escola primária.

Tempo integral e dedicação exclusiva é do que precisa o ensino fundamental. Temos hoje um professor na Presidência, que sabe tudo isso na perfeição. Pois ele mesmo, que tem tido palavras muito simpáticas ao ensino fundamental, repetindo os termos lúrgicos de apreço e consideração que acompanham o cargo desde Deodoro da Fonseca, tem sido comedido na explicitação do que pretende fazer de prático. Prestadas as zumbaias de praxe, entrega-se ao deleite de falar da Universidade. É natural, está na massa do sangue, nós somos assim mesmo. O presidente prefere, o ministro dá precedência, a verba sai mais depressa, o processo sobe na pilha e o contínuo acaba nem se dando conta de que atrás da cortina do gabinete a escola pública fundamental brasileira está nos estertores.

Essa convivência não tem feito bem a nenhuma das partes. Não fará bem agora, não há razão para ser diferente. Claro, a União pode sempre reformular suas responsabilidades e dizer ao país que se vire, que ela não tem nada a dizer acerca de ensino fundamental que não caiba na Lei de Diretrizes e Bases, de sua exclusiva alçada para manter as aparências. Bonito não será, mas poder, pode. O único problema é que, ao fazê-lo, deixará cair a máscara — e teremos a fórmula malherbiana de desenvolvimento, que dura o espaço de uma manhã. Dá um pique de quatro anos e desaba sem fôlego.

Mas não tem nada não. Quando, no início do ano letivo, o ângulo do sol furar a peneira que usamos para escondê-lo, podemos sempre cair de cacete na escola privada. Afinal, esta é a única política que o país conhece para o ensino básico. Não resolve nada, mas anestesia a galera. Bem no gênero "U tererê".

Edgar Flexa Ribeiro é educador.